



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Edital da Concorrência Eletrônica nº 001/2026			
Data de abertura: 26/03/2026 às 14:00 horas no sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>			
<b>Objeto:</b> Cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, destinada à instalação, operação e exploração comercial de cafeteria de pequeno porte com equipamentos exclusivamente elétricos, bem como faculdade para instalação de duas vending machines (máquinas de autoatendimento) em áreas previamente definidas do edifício.			
Processo PROAD 64/2026	Registro de preços? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	Modo de disputa: Aberto e fechado	Amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica
Critério de julgamento: Menor preço		Valor mensal mínimo da contratação: R\$ 6.242,53	
Prazo para envio da proposta de preços adequada após etapa de lances / documentos complementares: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Prazo para envio dos documentos de habilitação: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos Até o dia 23/03/2026 para o endereço <a href="mailto:licita@trt2.jus.br">licita@trt2.jus.br</a>			
<b>Documentos de Proposta:</b> 1. Proposta conforme modelo constante do Anexo V; 2. Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, se for o caso.		<b>Documentos de Habilitação:</b> 1. SICAF; 2. Atestado(s) de capacidade técnica; 3. Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício – DRE relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis. 4. Declaração: de que, no momento da assinatura do contrato, apresentará os profissionais responsáveis pela operação do estabelecimento; de que dispõe de equipe operacional própria ou terceirizada; de conhecimento.	
<b>*** OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ***</b> Para o cadastro do valor ofertado no sistema Compras.gov.br, deve ser seguido o descrito no item 7.3.1 do edital. <u>Exemplo de cálculo:</u> Para ofertar um valor de taxa de cessão de uso de R\$ 4.227,22 ao mês: 1) Cálculo do Valor Mensal Ofertado (VMO): Taxa de cessão de uso: R\$ 4.227,22 Despesas comuns (exceto energia elétrica): R\$ 2.015,31 (valor fixo, não deve ser alterado) Valor mensal ofertado (VMO) = R\$ 6.000,00 + R\$ 2.015,31 = R\$ 6.242,53 2) Cálculo do Fator de Correção (FC): FC = R\$ 100.000,00 - VMO = R\$ 100.000,00 - R\$ 6.242,53 = <b>R\$ 93.757,47 (esse é o valor a ser lançado no momento do cadastramento da proposta e/ou na fase de lances)</b>			
<b>Adjudicação por item</b> <b>Regime de execução - Empreitada por preço global.</b> <b>Local de Execução:</b> Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO.....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	3
3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	4
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	4
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	7
7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES .....	9
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
11. DOS RECURSOS.....	15
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	16
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	16
14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	17
15. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	17
16. DA FISCALIZAÇÃO.....	17
17. DO PAGAMENTO.....	18
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	18
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

**ANEXOS**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.....	21
ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES OPERACIONAIS DA CESSÃO DE USO.....	33
ANEXO III - DETALHAMENTO VENDING MACHINES.....	40
ANEXO IV - PLANTAS.....	42
ANEXO V - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	43
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021.....	44
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL.....	45
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	46
ANEXO IX - CARTA DE PREPOSTO.....	47
ANEXO X - MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO ONEROSO.....	48



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

Processo PROAD nº 64/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

**DIA: 26/03/2026**

**HORÁRIO: 14:00 horas (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**CÓDIGO UASG: 080010**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, destinado à instalação, operação e exploração comercial de cafeteria de pequeno porte com equipamentos exclusivamente elétricos, bem como faculdade para instalação de duas vending machines (máquinas de autoatendimento) em áreas previamente definidas do edifício, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. Não haverá, para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, despesa decorrente da execução do objeto desta licitação.

2.2. O contrato de cessão de uso da área não será custeado com recursos orçamentários da Administração CEDENTE, mas, sim, com receitas obtidas pela CESSIONÁRIA em função da prestação dos serviços de cafeteria.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

### 3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O valor mensal mínimo estimado da contratação é de R\$ 6.242,53 (seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), conforme descrito a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Valor mensal mínimo - taxa de cessão de uso	Valor mensal estimado das despesas comuns (exceto energia elétrica)*	Valor mensal estimado total
1	Cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, conforme especificações constantes do edital e seus anexos.	Mês	R\$ 4.227,22	R\$ 2.015,31	R\$ 6.242,53

\* **A energia elétrica será contabilizada através de medidor individualizado.**

3.2. Data do orçamento estimado: 23/12/2025.

3.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade, ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br), aos cuidados do agente de contratação.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema Compras.gov.br e na página do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ([https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em\\_andamento/editais.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em_andamento/editais.pdf)), no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

5.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

5.3. Como condição para participação na concorrência, o licitante assinalará, em campo próprio do sistema eletrônico, a ciência e o cumprimento das seguintes declarações:

5.3.1. Condições de participação

5.3.1.1. Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.3.1.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.3.2. Declarações para fins de habilitação

5.3.2.1. Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.3.2.2. Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.2.4. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

5.3.2.5. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.3.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.3.3.1. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.3.3.2. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.3.4. Somente para os licitantes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.4.1. Que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#).

a. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinatura do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b. Nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.5. Declarações exclusivamente para critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5.1. Que desenvolve ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nos termos previstos no inciso III do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.3.5.2. Que desenvolve programa de integridade, nos termos previstos no inciso IV do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.5. É vedada a contratação de licitante que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Será concedido tratamento favorecido aos licitantes, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, aplicar-se-á o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas dos licitantes convocados para a etapa fechada e qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2. A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.3. Caso seja suscitada dúvida, o agente de contratação verificará quando o licitante classificado





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

provisoriamente em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, se o somatório de ordens bancárias recebidas, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada lei.

6.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

## **7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos constantes do sistema.

7.3.1. Valor unitário do item (o valor unitário é o global proposto), conforme disposto abaixo:

7.3.1.1. **ATENÇÃO!** Para adequar ao sistema do Compras.gov.br, o licitante deverá cadastrar no sistema, para fins de lance e julgamento, o valor relativo mensal (taxa de cessão de uso + despesas comuns (exceto energia elétrica), expresso por meio de um Fator de Correção (FC) para chegar ao valor unitário mensal ofertado, a ser calculado da seguinte forma:

$$FC = R\$ 100.000,00 - VMO \text{ (valor mensal ofertado)}$$

Onde:

$$VMO = \text{taxa de cessão de uso ofertada} + R\$ 2.015,31 \text{ (valor fixo para fins de cálculo, referente às despesas comuns)}$$

7.3.1.2. O chamado “Fator de Correção” foi adotado para adaptação ao sistema informatizado de licitações da modalidade licitatória concorrência eletrônica, a fim de viabilizar a adoção do critério MENOR PREÇO (MAIOR OFERTA), já que o aludido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (somente inferiores).

7.3.1.3. Exemplo:





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Valor mensal ofertado - VMO (a ser pago ao TRT2 pela cessionária)	Cálculo	FC (valor a ser lançado no sistema para disputa)
R\$ 6.242,53 (valor mínimo para a contratação)	(R\$ 100.000,00 - R\$ 6.242,53)	R\$ 93.757,47
R\$ 7.000,00	(R\$ 100.000,00 - R\$ 7.000,00)	R\$ 93.000,00
R\$ 8.500,00	(R\$ 100.000,00 - R\$ 8.500,00)	R\$ 91.500,00

Neste exemplo, seria vencedora a proposta com R\$ 91.500,00, o que corresponderia a um valor mensal ofertado de R\$ 8.500,00, sendo R\$ 6.484,69 referentes à taxa de cessão de uso e R\$ 2.015,31 referentes ao rateio das despesas comuns (exceto energia elétrica).

7.3.2. O Fator de Correção deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais e o vencedor será o licitante que apresentar o menor FC, considerando o valor indicado no edital como o mínimo a ser ofertado.

7.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a conclusão da etapa de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.9. Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o licitante será desclassificado e o agente de contratação poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8.4. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.4.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2.1. No procedimento de que trata este item, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.4.2.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, de acordo com as orientações que constam no item 7.3.1 do edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os mesmos critérios de desempate citados no item acima.

8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

9.1.1. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.

9.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes))

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

9.1.1.3. Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação desclassificará o licitante por falta de condição de participação.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da contratação e, observado o disposto no item abaixo, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

9.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta concorrência.

9.3. Durante a fase de julgamento, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, conforme Anexo V do edital, no **prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema.

9.4.1. Juntamente à proposta deverão ser anexados:

a) Somente para licitantes que, no momento de cadastramento da proposta, tenham declarado seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP):

a.1) Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, conforme modelo constante do Anexo VI.

9.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 9.4, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6. A pedido do agente de contratação, o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

9.7. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.7.1. O não atendimento à solicitação do agente de contratação no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Após o término da fase de julgamento, a habilitação do licitante cuja proposta foi aceita será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II, III e IV válidos e a apresentação, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema, da seguinte documentação:

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando:

a. que a empresa executou, por prazo não inferior a 30 (trinta) meses, serviços



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

de operação de cafeteria, lanchonete, cantina, restaurante, ou serviços equivalentes, com atendimento ao público;

b. que os serviços prestados incluíam manipulação de alimentos, operação de itens prontos para consumo, e atendimento contínuo.

10.1.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

10.1.1.3. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.1.2. Declaração de que, no momento da assinatura do contrato, apresentará os profissionais responsáveis pela operação do estabelecimento, com experiência em atividades relacionadas a: gestão de serviços de alimentação; segurança e higiene alimentar; e, operação de cafeterias ou estabelecimentos similares.

10.1.3. Demonstração de que possui estrutura mínima necessária para operar o serviço, mediante declaração de que dispõe de equipe operacional própria ou terceirizada.

10.1.4. Balanços patrimoniais e demonstrações de resultado do exercício (DRE) relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em conformidade com os normativos pertinentes, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo apresentar as seguintes características:

10.1.4.1. Estarem devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional de Contabilidade;

10.1.4.2. Estarem devidamente registrados na Junta Comercial do Estado correspondente ou disponibilizado pelo SPED;

10.1.4.3. Constando Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 7.491,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e um reais);

a. Em caso de participação de consórcio de empresas que não seja formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, o valor de Patrimônio Líquido exigido será de R\$ 8.989,20 (oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

10.1.4.4. A comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) serão resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total}} \end{aligned}$$



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}$$
$$\text{Passivo Circulante}$$

10.1.4.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.1.4.6. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE) limitar-se-á ao último exercício exigível no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.1.5. Declaração de que é conhecedora das condições da contratação, conforme modelo constante no Anexo VIII.

10.1.5.1. A vistoria é facultativa e pode ser realizada por todos os interessados, conforme segue:

a. O agendamento prévio deverá ser efetivado junto à Coordenadoria de Planejamento e Gestão Imobiliária (CPGI), através do e-mail [planejamento.silap@trt2.jus.br](mailto:planejamento.silap@trt2.jus.br), informando o nome e RG do representante da empresa que fará a vistoria.

b. A vistoria poderá ser realizada em dias úteis entre 11h e 18h.

c. As vistorias deverão ser feitas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura do certame.

10.1.5.2. Embora a vistoria seja facultativa, a sua não execução não permite que os licitantes aleguem desconhecimento das condições como justificativa para solicitações futuras, deixando de atender obrigações assumidas ou requerendo aditivos de valor.

10.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 10.1, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.

10.5. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Havendo pendência nos níveis do SICAF, o agente de contratação poderá solicitar para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão relativa aos tributos estaduais; certidão relativa aos tributos municipais; certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

10.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.10. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **20 (vinte) minutos** concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser registrados em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

11.6. Da decisão em que não caiba recurso hierárquico, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

13.1. Após a homologação do certame, caso a Administração decida pela efetivação do contrato, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para entregar os documentos abaixo descritos:

13.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação:

13.1.1.1. Comprovação de que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo.

a. A apresentação da comprovação será dispensada caso a Seção de Contratos logre êxito em obtê-la mediante consulta online ao sítio oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, e anexando-a ao processo.

13.1.1.2. Declaração de que não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme modelo constante do Anexo VII.

13.1.1.3. Comprovação de que possui capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), registrado em seu contrato social ou documento equivalente.

13.1.1.4. Relação dos profissionais responsáveis pela operação do estabelecimento, com comprovação de experiência em atividades relacionadas a: gestão de serviços de alimentação; segurança e higiene alimentar; e, operação de cafeterias ou estabelecimentos similares.

a. A comprovação poderá ocorrer por meio de: currículos; certificados de capacitação; e/ou comprovação de experiência profissional mínima de 1 ano.

13.2. No momento da assinatura do contrato será verificada a regularidade do signatário no SICAF, quanto às certidões federais, estaduais e municipais, e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin (em conformidade com o inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/2002).

13.2.1. Na hipótese de irregularidade, o signatário deverá regularizar sua situação perante o cadastro ou apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

dados vencidos ou não atualizados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. O não atendimento das exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Cumpridas as exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, o adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do envio da mensagem para o e-mail informado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.4.1. O contrato deverá ser assinado de forma digital por meio do Sistema PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme orientações dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.<sup>1</sup>

13.4.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.4.3. Deverá ser assinada no mesmo prazo e forma dispostos no *caput* a declaração indicando os prepostos e seus substitutos, que representarão a contratada durante a execução contratual, contendo os respectivos contatos (telefone, e-mail e endereço), conforme Anexo IX.

13.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato na forma estabelecida neste instrumento poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nos termos previstos no artigo 90 da Lei 14.133/2021, obedecida a ordem de classificação.

13.6. O licitante vencedor deverá manter suas condições de habilitação durante toda a contratação.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de prestação de garantia de execução nesta contratação.

#### **15. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

15.1. A disciplina acerca do reajuste e do equilíbrio econômico-financeiro está disposta nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

#### **16. DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. Os critérios de fiscalização estão previstos no instrumento contratual anexo ao presente

<sup>1</sup> [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual\\_de\\_uso\\_do\\_PROAD\\_usuarios\\_externos\\_2025.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

edital.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa o licitante que:

- 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- 18.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- 18.1.4. ensejar o retardamento do certame;
- 18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.6. fraudar a licitação;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.2. Mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- 18.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- 18.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

18.3. Considera-se não manter a proposta a ausência de envio, a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, não enviar proposta/planilha adequada ao último lance ofertado ou após negociação, deixar de apresentar amostra, não enviar documentos solicitados ou não prestar esclarecimentos em sede de diligência, o pedido de desclassificação da proposta formulado pelo licitante, quando encerrada a etapa competitiva e desde que não esteja fundamentada na



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

demonstração de vício ou falha na sua elaboração que impossibilite o seu cumprimento.

18.4. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

18.5. Considera-se retardar a execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

18.6. Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;

18.6.1. A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio;

18.7. Em caso de inexecução parcial ou total das condições de contratação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas conforme disposto no instrumento contratual.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

18.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

18.10. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP n. 24, de 27 de maio de 2022 deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, e caso a continuidade não seja agendada nesse momento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.2. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.3. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "enviar anexo" do sistema, a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

critério do agente de contratação, poderá ser utilizado para encaminhamento de documentos o endereço eletrônico [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br).

19.4. Quaisquer documentos inseridos no Sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo agente de contratação.

19.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

19.5. A assinatura de documentos resultantes desta concorrência eletrônica será exclusivamente digital, realizada através de assinatura eletrônica qualificada, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou através de assinatura eletrônica avançada (definida no inciso II, art. 4º da lei nº 14.063/2020), considerada válida para todos os efeitos legais, e será realizada através do Portal PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema de gestão virtual de documentos e processos administrativos.

19.5.1. As orientações para acesso e utilização do Portal PROAD estão dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.<sup>2</sup>

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

19.6.1. São considerados dias de expediente os descritos no Art. 62, I, da lei 5.010/1966.

19.7. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

19.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação deve ser encaminhada ao e-mail [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br).

19.9. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

19.10. Os anexos listados no sumário, integram este edital, para todos os fins e efeitos.

19.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

*São Paulo, (data e hora da assinatura digital)*

**Aquiles José Malvezzi**

Diretor da Secretaria de Processamento e  
Acompanhamento de Contratos e Licitações

<sup>2</sup> [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual\\_de\\_uso\\_do\\_PROAD\\_usuarios\\_externos\\_2025.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1. OBJETO**

1.1. Cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, destinado à instalação, operação e exploração comercial de cafeteria de pequeno porte com equipamentos exclusivamente elétricos, bem como faculdade concedida à CESSIONÁRIA para instalação de duas vending machines (máquinas de autoatendimento) em áreas previamente definidas do edifício, visando ao atendimento de magistrados, servidores, colaboradores, advogados e demais usuários da unidade judiciária. A cessão não implica prestação de serviços ao CEDENTE, sendo vedado qualquer vínculo de subordinação operacional ou obrigação de fornecimento de produtos à Administração.

1.2. A cessão compreenderá:

- 1.2.1. o uso autorizado de área física interna destinada à implantação da cafeteria;
- 1.2.2. faculdade concedida à CESSIONÁRIA para instalação e operação de máquinas de venda automática (vending machines);
- 1.2.3. a prestação de serviços de alimentação rápida, bebidas quentes e frias, produtos refrigerados e itens correlatos;
- 1.2.4. a responsabilidade integral da CESSIONÁRIA pela operação, manutenção, adequações e equipamentos necessários ao funcionamento.

1.3. O prazo de duração do contrato é de 60 (sessenta) meses, com possibilidade de renovação, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021.

**2. QUANTIDADE**

2.1. A cessão onerosa de uso refere-se à área total de 64,40 m<sup>2</sup>, localizada no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, espaço esse devidamente delimitado, conforme planta baixa (Anexo IV), passível de verificação *in loco*, para instalação de cafeteria e, no caso de instalação de 2 (duas) unidades de vending machines.

**3. SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. Admite-se a possibilidade de subcontratação restrita, exclusiva para atividades-meio que não estejam diretamente relacionadas ao objeto principal da cessão, tais como serviços de limpeza, manutenção predial ou segurança patrimonial, desde que previamente autorizada pelo CEDENTE e não implique transferência de responsabilidade ou de gestão das atividades-fim da cafeteria, nem



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

configure subcessão ou compartilhamento do espaço cedido.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES**

##### **4.1. Área interna destinada à cafeteria**

4.1.1. Espaço físico delimitado pelo CEDENTE, com área adequada para:

- 4.1.1.1. atendimento presencial;
- 4.1.1.2. exposição de produtos;
- 4.1.1.3. finalização elétrica de alimentos;
- 4.1.1.4. armazenamento refrigerado e seco;
- 4.1.1.5. área de apoio operacional.

4.1.2. O espaço possui infraestrutura compatível com operação de equipamentos elétricos, não sendo permitida a utilização de gás e/ou a instalação de equipamentos que exijam exaustão mecânica.

4.1.3. A operação deverá ser planejada considerando que o Fórum Ruy Barbosa registra circulação aproximada de 10 (dez) mil pessoas por dia, incluindo magistrados, servidores, advogados e público em geral. Esse fluxo elevado exige abastecimento constante, higienização reforçada e atendimento compatível com a demanda.

##### **4.2. Equipamentos e instalações da cafeteria**

4.2.1. A operação deverá ser conduzida exclusivamente com equipamentos elétricos, tais como, por exemplo:

- 4.2.1.1. micro-ondas;
- 4.2.1.2. fornos elétricos;
- 4.2.1.3. airfryers ou similares;
- 4.2.1.4. vitrines aquecidas e refrigeradas;
- 4.2.1.5. cafeteiras elétricas profissionais;
- 4.2.1.6. freezers e geladeiras;
- 4.2.1.7. expositores de produtos embalados;
- 4.2.1.8. demais equipamentos compatíveis com operação de baixa emissão.

4.2.2. A seleção, aquisição, instalação e manutenção de tais equipamentos serão integralmente de responsabilidade da futura CESSIONÁRIA, observadas as condições estabelecidas no contrato.

##### **4.3. Linha de serviços e produtos**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

4.3.1. A cafeteria deverá ofertar, no mínimo:

- 4.3.1.1. bebidas quentes (cafés, chás, achocolatados e correlatos);
- 4.3.1.2. bebidas frias (refrigerantes, sucos, água e similares);
- 4.3.1.3. salgados assados ou pré-finalizados por aquecimento;
- 4.3.1.4. sanduíches naturais e produtos refrigerados;
- 4.3.1.5. sobremesas prontas;
- 4.3.1.6. itens embalados e porcionados.

4.3.2. Produtos que exijam fritura em óleo, cocção com chama, manipulação complexa de alimentos crus ou instalações de exaustão não integram o escopo permitido.

4.3.3. É vedada a venda e a exposição de bebidas alcoólicas cigarros e similares.

4.4. Vending machines (máquinas de autoatendimento)

4.4.1. Apesar de não ser obrigatório, o objeto inclui também a possibilidade de instalação e operação de 2 (duas) vending machines distribuídas nos dois pontos indicados no Anexo III, ficando a contabilização de consumo de energia elétrica no medidor próprio da cafeteria, contendo no mínimo os seguintes itens:

- 4.4.1.1. bebidas quentes;
- 4.4.1.2. snacks doces e salgados;
- 4.4.1.3. bebidas frias;

4.4.2. As vending machines deverão seguir o padrão dos exemplos apresentados no Anexo III e deverão operar de forma autônoma, com meios de pagamento eletrônico e sem necessidade de intervenção direta do CEDENTE.

4.5. Finalidade do serviço

4.5.1. A solução visa:

- 4.5.1.1. prover aos usuários do Fórum opções de alimentação rápida, de qualidade e com preços acessíveis;
- 4.5.1.2. garantir comodidade e redução de deslocamentos externos;
- 4.5.1.3. melhorar as condições de permanência no prédio;
- 4.5.1.4. oferecer ambiente adequado e compatível com o padrão institucional do CEDENTE.

4.6. Escopo do Serviço

4.6.1. O escopo do serviço engloba a instalação, operação e exploração comercial de cafeteria, incluindo serviços de balcão e autosserviço.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

4.6.2. O estabelecimento deverá funcionar, no mínimo, durante o horário de expediente forense, das 8h às 18h em dias úteis, podendo o horário ser estendido, conforme a necessidade do CEDENTE.

4.6.3. A CESSIONÁRIA deverá garantir a instalação e operação de todos os equipamentos e/ou mobiliário necessários, conforme as normas técnicas e de segurança, incluindo a disponibilização de cadeiras infantis conforme a Lei Municipal nº 16.837/2017.

#### 4.7. Limitações do escopo

4.7.1. Não fazem parte do objeto:

- 4.7.1.1. instalação de cozinha quente;
- 4.7.1.2. uso de gás (GLP ou canalizado);
- 4.7.1.3. instalação de sistemas de exaustão com dutos ou coifa;
- 4.7.1.4. preparo completo de refeições no local;
- 4.7.1.5. modificações estruturais de grande porte que exijam obras civis extensas.

4.8. O anexo II deste edital detalha mais especificamente as questões operacionais da Cessão de Uso, que devem ser seguidas em seu inteiro teor, cabendo à CESSIONÁRIA providenciar infraestrutura de rede de internet para seu sistema de pagamentos.

## 5. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Natureza da contratação

5.1.1. A presente contratação tem natureza de cessão onerosa, na qual o CEDENTE autoriza o uso de área física localizada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, mediante pagamento de contrapartida financeira pela CESSIONÁRIA, para fins de instalação e exploração de cafeteria de pequeno porte com operação exclusivamente elétrica e possível utilização de vending machines (máquinas de autoatendimento).

5.1.2. A cessão não implica transferência de propriedade, posse ou qualquer forma de direito real sobre o espaço cedido.

### 5.2. Regime jurídico

5.2.1. A relação entre as partes será regida por:

- 5.2.1.1. Lei nº 14.133/2021;
- 5.2.1.2. Resolução CSJT nº 356, de 28 de abril de 2023;
- 5.2.1.3. Regulamentos internos do CEDENTE aplicáveis à matéria;
- 5.2.1.4. Demais legislações sanitárias, urbanísticas, de acessibilidade e de segurança



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

pertinentes;

5.2.1.5. Contrato administrativo resultante da licitação.

5.2.2. As prerrogativas da Administração Pública previstas na Lei nº 14.133/2021 aplicam-se integralmente ao contrato.

### 5.3. Responsabilidade integral da CESSIONÁRIA

5.3.1. A execução da atividade comercial será realizada por conta e risco da CESSIONÁRIA, que arcará integralmente com:

5.3.1.1. investimentos iniciais, adaptações e instalações necessárias;

5.3.1.2. aquisição e manutenção de equipamentos e mobiliário;

5.3.1.3. obtenção de licenças e autorizações exigidas;

5.3.1.4. custos operacionais, insumos e pessoal;

5.3.1.5. dever de seguir os protocolos de controle de acesso de seus empregados, inclusive entregadores, para respeitar as orientações da Polícia Judicial e da vigilância, inclusive quanto ao estacionamento de veículos para carga e descarga etc.

5.3.1.6. manutenção e limpeza do espaço utilizado.

5.3.2. O CEDENTE não responderá por quaisquer custos, despesas, riscos ou lucros cessantes relacionados à exploração comercial.

### 5.4. Uso restrito e compatibilidade com o interesse público

5.4.1. O espaço cedido deverá ser utilizado exclusivamente para os fins previstos neste edital e de acordo com as limitações do edifício, especialmente no que se refere à:

5.4.1.1. vedação ao uso de gás;

5.4.1.2. vedação à instalação de exaustão mecânica ou equipamentos de cocção com emissão de fumaça ou gordura;

5.4.1.3. preservação das condições de acessibilidade, segurança e circulação de usuários.

5.4.2. Quaisquer alterações de layout, instalações, bens ou fluxos dependerão de autorização do CEDENTE.

### 5.5. Vedação de subcessão

5.5.1. É vedada a subcessão, cessão parcial, cessão informal ou transferência, ainda que temporária, do espaço ou das atividades objeto desta contratação, salvo autorização expressa e formal do CEDENTE.

### 5.6. Supervisão e compatibilidade institucional

5.6.1. A exploração comercial deverá ser compatível com:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

5.6.1.1. a finalidade institucional do edifício;

5.6.1.2. o fluxo de usuários;

5.6.1.3. os padrões de decoro, segurança, higiene e acessibilidade;

5.6.1.4. as normas internas de convivência e segurança do CEDENTE.

5.6.2. O CEDENTE poderá determinar ajustes operacionais, de horários ou de organização da área, sempre que necessário ao interesse público.

**5.7. Extinção da cessão**

5.7.1. O contrato poderá ser rescindido:

5.7.1.1. por interesse público devidamente motivado;

5.7.1.2. por descumprimento contratual;

5.7.1.3. perda de licenças obrigatórias;

5.7.1.4. risco sanitário;

5.7.1.5. desatendimento às normas de segurança;

5.7.1.6. outras hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. A extinção não garante indenização por investimentos feitos pela CESSIONÁRIA, que opera por sua conta e risco.

**6. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

6.1. A CESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da fiscalização a amostra dos equipamentos, do mobiliário e dos utensílios necessários ao funcionamento da cafeteria, até 10 (dez) dias antes do início das atividades.

6.2. Prestar os serviços de acordo com as condições estabelecidas no contrato, bem como fazer os recolhimentos mensais de valores relativos ao uso do espaço conforme datas e procedimentos detalhados no contrato, inclusive o contido no Anexo II.

6.3. Iniciar plenamente suas atividades no CEDENTE em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser ampliado, de acordo com o cronograma de execução dos serviços de adequação do local cedido, mediante autorização expressa do CEDENTE.

6.3.1. O pagamento da taxa de cessão de uso será devido a partir do início das atividades.

6.4. Disponibilizar os serviços aos usuários de segunda a sexta-feira, exceto nos dias em que não houver expediente no CEDENTE, nos seguintes horários: das 8h00 às 18h00;

6.4.1. O acesso e estacionamento exclusivo para carga e descarga pode ser feito a partir das 7h00 até 19h00, conforme autorização da Secretaria de Polícia Judicial.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

6.4.2. Para fins de local de estacionamento para carga e descarga, preferencialmente deverá ser o acesso pela Av. Marquês de São Vicente, nº 235, podendo ser outro a critério das circunstâncias orientadas pela Polícia Judicial no momento da chegada, devido a algum evento, ocorrência ou qualquer outra circunstância.

6.4.3. Para fins de controle de acesso, devem os veículos de carga e descarga, bem como os prestadores de serviço ou empregados serem identificados, qualificados e informados previamente o pedido de acesso, que deverá ser solicitado ao setor de segurança institucional, com pedido à Polícia Judicial.

6.4.4. Os empregados e prestadores de serviço da CESSIONÁRIA deverão seguir os procedimentos de controle de acesso orientados pela Polícia Judicial, inclusive quanto à obrigação de passagem pelo sistema detector de metais, uso de crachás etc.

6.4.5. Manter a rotina de recadastramento periódico (semestral) dos empregados e materiais da CESSIONÁRIA mediante envio da lista atualizada para a Secretaria de Segurança Institucional.

6.5. O horário de atendimento poderá ser alterado para atender a casos excepcionais, mediante comunicação formal à CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

**6.6. Equipe e Recursos Humanos**

6.6.1. Contratar, sob sua inteira responsabilidade e conforme a legislação pertinente, os profissionais a serem alocados, observando as seguintes condições mínimas:

6.6.1.1. Ter idade mínima de 18 anos;

6.6.1.2. Ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições.

6.6.2. Apresentar em até 15 (quinze) dias úteis do início da execução contratual:

6.6.2.1. Cópias dos certificados do treinamento para manipuladores de alimentos e para os demais funcionários, de acordo com os respectivos postos de serviço, com o conteúdo programático e a carga horária.

6.6.2.2. Em caso de substituição dos empregados e funcionários, deve haver a atualização da documentação no mesmo prazo após o início dos serviços desta pessoa.

6.6.3. Encaminhar à Fiscalização, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da execução do contrato, listagem atualizada do quadro de empregados que laborarão no espaço cedido, para confecção de crachá de identificação junto à unidade competente.

6.6.4. Garantir a segurança física de seus empregados mediante o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme NR-06 do Ministério do Trabalho e alterações, bem como fiscalizar o uso correto.

6.6.4.1. Garantir que todos os funcionários recebam treinamento continuado em higiene,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

manipulação segura de alimentos, boas práticas e operação dos equipamentos.

6.6.4.2. Manter todas as facas, utensílios cortantes e perfurocontundentes sob controle e guarda, dentro de seu espaço cedido, responsabilizando-se por seguir todas as regras de segurança do CEDENTE, em especial as orientações da Polícia Judicial.

6.6.4.3. Fornecer para os usuários somente talheres descartáveis, sendo totalmente vedados talheres metálicos e qualquer outro objeto cortantes e perfurocontundentes;

6.6.4.4. Apresentar quando do início das operações, todos os equipamentos e utensílios que possam causar lesão a outrem para verificação das equipes de segurança.

6.6.5. Apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação da Fiscalização, as cópias das carteiras de trabalho de seus empregados, devidamente assinadas, os comprovantes de pagamento de salário e benefícios e do recolhimento dos impostos obrigatórios.

6.6.6. Manter disciplina de seus colaboradores nos locais dos serviços e demais dependências do CEDENTE e, após comunicação da Fiscalização, substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os empregados cujo comportamento seja considerado inadequado.

6.6.7. Indicar, formalmente, preposto, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.7.1. O Preposto deverá comparecer ao CEDENTE sempre que convocado.

6.6.8. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados.

6.6.9. Providenciar, junto ao CEDENTE, o fornecimento de crachás.

6.6.10. Devolver todos os crachás ao final do contrato ou quando houver substituição de empregados.

**6.7. Normas, Segurança e Condições Sanitárias**

6.7.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e segurança do trabalho.

6.7.1.1. Cumprir rigorosamente todas as normas de acessibilidade vigentes, garantindo que nenhuma intervenção comprometa condições de acesso universal.

6.7.2. Assumir responsabilidades por acidentes ou mal súbito de seus empregados.

6.7.2.1. Adotar providências determinadas pela legislação em caso de acidentes.

6.7.2.2. Manter programa contínuo de Controle Integrado de Pragas (CIP), executado por empresa especializada e com registros disponíveis à fiscalização.

6.7.2.3. Manter sistema de controle de temperatura para alimentos perecíveis, com registros regulares de monitoramento.

6.7.2.4. Implementar sistema de rastreabilidade de insumos alimentares, incluindo controle de validade, procedência e descarte seguro.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

6.7.2.5. Garantir que todos os fornecedores de alimentos e embalagens possuam licenciamento sanitário válido e regularizado.

**6.8. Relação com o CEDENTE e Regras de Funcionamento**

6.8.1. Cumprir normas internas do CEDENTE e legislação aplicável.

6.8.2. Proibir seus empregados de exercer comércio particular nas dependências do CEDENTE.

6.8.3. Fixar/manter tabela de preços em local visível.

6.8.4. Organizar visita à área de produção mediante autorização.

6.8.5. Cumprir obrigações constantes no contrato e Anexo II.

6.8.6. Manter condições de habilitação durante toda a execução.

6.8.6.1. Comunicar ao CEDENTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária à sua comprovação.

6.8.7. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

6.8.8. Responder por danos causados ao CEDENTE ou a terceiros.

6.8.9. Não fazer publicidade de nenhuma espécie para além do espaço físico contratualmente cedido, bem como não permitir panfletagem nas dependências além do seu espaço de atuação.

6.8.10. Respeitar as normas do CEDENTE, incluindo as normas éticas, de controle de acesso e demais instrumentos normativos aplicáveis.

**6.9. Logística, Entregas e Operação**

6.9.1. Observar horários de entrega estabelecidos.

6.9.1.1. Entregas somente das 8h às 18h, mediante autorização prévia por meio de mensagem de e-mail, com a discriminação de veículos e pessoas, se for o caso.

6.9.1.2. O descumprimento sujeitará em sanções previstas contratualmente.

6.9.1.3. Realizar limpeza diária integral da cafeteria, áreas de preparo, depósitos e equipamentos, conforme POP aprovado.

6.9.1.4. Manter armazenamento adequado de insumos, conforme normas sanitárias (identificação, altura mínima, ventilação etc.).

**6.10. Projetos, Instalações e Infraestrutura**

6.10.1. Realizar, às suas expensas, as adaptações necessárias, incluindo instalações elétricas, de rede de dados, hidráulicas, climatização, se necessário, prevenção e combate a incêndio, para atender às exigências operacionais da cafeteria, mediante aprovação prévia da Administração do CEDENTE.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

6.10.2. Manter todos os equipamentos elétricos compatíveis com a carga instalada e com os projetos aprovados.

6.10.2.1. Requisitar ao setor técnico do CEDENTE a autorização prévia para a execução de serviços e obras relacionadas à infraestrutura elétrica, dados e hidráulica.

6.10.2.2. Requisitar plantas ao setor técnico, se for necessário às adaptações, antes de realizar qualquer intervenção.

6.10.3. Providenciar toda a documentação técnica necessária para aprovação junto aos órgãos competentes.

6.10.3.1. Obter alvará de funcionamento.

6.10.3.2. Obter e manter licença sanitária.

6.10.4. Instalar espaços adequados para armazenamento.

6.10.5. Apresentar os projetos executivos de adequação do local cedido para aprovação do CEDENTE, especialmente das seguintes instalações:

6.10.5.1. Apresentar projeto de instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio, se necessário.

a. Apresentar projeto de instalação da cafeteria junto ao Corpo de Bombeiros para atualização do projeto atualmente aprovado e obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

6.10.5.2. O projeto executivo de elétrica deverá prever a instalação de medidor individualizado de energia elétrica (deverá medir o consumo de energia e de demanda de potência, digital, eletrônico, com medição indireta de corrente, com instalação em porta de painel, de forma que possa fazer fácil leitura do consumo de energia e de demanda mensal e possibilitar reset manual da demanda. Medidor deve ser trifásico 220/380VAC) e de quadro elétrico para as instalações do local cedido, inclusive quadro elétrico específico para o sistema de climatização, caso necessário.

6.10.5.3. Manter rigorosamente o layout aprovado, sendo vedada qualquer alteração sem autorização prévia do CEDENTE.

6.10.6. Apresentar cronograma de obras após aprovação dos projetos.

6.10.7. Adquirir, instalar e manter, às suas expensas, todos os equipamentos e mobiliários necessários para a operação da cafeteria, assegurando que atendam às normas técnicas e de segurança, incluindo a disponibilização de cadeiras infantis.

6.10.8. O mobiliário deverá ser compatível com ambientes forenses, podendo o CEDENTE exigir, quando tecnicamente justificado, a fixação ao piso ou o uso de mobiliário de alta



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

estabilidade, vedada a utilização de peças frágeis, desmontáveis ou com elementos pontiagudos.

6.10.9. Implementar, às suas expensas, um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, visando a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

6.10.10. Adotar práticas sustentáveis, como o uso de embalagens biodegradáveis e a redução do desperdício de alimentos

**6.11. Atendimento, Qualidade e Produtos**

6.11.1. O preparo e o manuseio de alimentos e utensílios deverão ser realizados de forma a minimizar a emissão de ruídos.

6.11.2. É expressamente proibida a venda, pela CESSIONÁRIA, de bebidas alcoólicas, cigarros, congêneres, ou qualquer tipo de produto que desvincule o objeto do contrato, nas dependências do CEDENTE.

6.11.2.1. Manter padrões mínimos de qualidade dos produtos comercializados, incluindo frescor, integridade, validade e temperatura adequada.

6.11.3. Assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços de cafeteria com as normas da ANVISA, Código Sanitário de São Paulo e demais legislações aplicáveis.

6.11.4. Apresentar um Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) que detalhe os procedimentos de higiene, manipulação de alimentos, controle de pragas, limpeza e descarte de resíduos.

6.11.5. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, mobiliário e demais bens necessários à atividade, garantindo seu perfeito funcionamento e conservação durante toda a vigência do contrato.

**7. OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

7.1. O CEDENTE, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

7.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da CESSIONÁRIA, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do CEDENTE.

7.1.2. Colocar à disposição da CESSIONÁRIA os espaços destinados à execução dos serviços.

7.1.3. Avisar à CESSIONÁRIA sobre eventos, congressos e visitas realizados no CEDENTE que possam provocar aumento da quantidade de usuários da cafeteria, a fim de que possa reprogramar sua rotina de trabalho para a possibilidade de elevação da demanda de usuários.

7.1.4. Avisar à CESSIONÁRIA sobre as datas agendadas para o desligamento programado de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**  
energia, realizado no período do recesso forense (de 20/12 a 06/01).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO II**

**ESPECIFICAÇÕES OPERACIONAIS DA CESSÃO DE USO**

**1. REQUISITOS OPERACIONAIS GERAIS**

1.1. Nas ocasiões em que houver previsão de aumento do número de usuários, a CESSIONÁRIA deverá ajustar sua operação para garantir regularidade no atendimento. O CEDENTE informará tais eventos com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

1.1.1. A CESSIONÁRIA deverá ampliar provisoriamente equipe, estoque ou logística de reposição sempre que necessário para absorver incrementos de demanda.

1.1.2. A operação deverá ser planejada considerando que o Fórum Ruy Barbosa registra circulação aproximada de 10 (dez) mil pessoas por dia, incluindo magistrados, servidores, advogados e público em geral. Esse fluxo elevado exige abastecimento constante, higienização reforçada e atendimento compatível com a demanda.

1.2. Os alimentos comercializados deverão atender integralmente à legislação sanitária vigente, incluindo a RDC nº 216/2004 e o Código Sanitário do Estado de São Paulo. A fiscalização poderá determinar a retirada imediata de produtos inadequados.

1.3. A CESSIONÁRIA deverá:

1.3.1. identificar adequadamente todos os produtos expostos, incluindo informações obrigatórias sobre alergênicos;

1.3.2. utilizar veículos de transporte de acordo com a RDC nº 216/2004;

1.3.3. disponibilizar troco para pagamentos em espécie;

1.3.4. disponibilizar pagamento em cartões das principais bandeiras;

1.3.5. disponibilizar equipamentos para recebimento de tickets alimentação e vales das principais operadoras;

1.3.6. operar com sistema fiscal regular, garantindo emissão de cupom fiscal a todos os usuários.

1.4. A CESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação do CEDENTE, até 10 (dez) dias antes do início das atividades, as amostras de utensílios e materiais a serem utilizados, incluindo fichas técnicas dos materiais que terão contato com alimentos.

**2. REQUISITOS DE RECURSOS HUMANOS**

2.1. A CESSIONÁRIA deverá manter quadro funcional compatível com o volume de usuários e com a complexidade da operação.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

2.2. A CESSIONÁRIA deverá fornecer uniformes adequados e limpos para todos os empregados que atuem na manipulação ou no atendimento de alimentos.

2.3. É proibida a manipulação de alimentos por empregados com doenças transmissíveis ou qualquer condição que possa comprometer a segurança alimentar. Somente funcionários aptos poderão atuar na área de alimentos.

2.4. Empregados responsáveis pela limpeza não poderão exercer atividades de manipulação de alimentos.

2.5. Todos os empregados deverão receber treinamento adequado em boas práticas de manipulação, atendimento, ética, segurança e prevenção de acidentes.

### **3. REQUISITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DOS ALIMENTOS**

3.1. A operação deverá observar integralmente a RDC nº 216/2004, o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados aprovados.

3.1.1. As temperaturas deverão observar os seguintes limites:

3.1.1.1. preparações frias: até 10°C;

3.1.1.2. preparações quentes: mínimo de 60°C.

3.2. A CESSIONÁRIA deverá oferecer treinamento aos manipuladores de alimentos antes do início das atividades. Novos funcionários deverão ser treinados previamente ao início de suas funções.

3.3. A CESSIONÁRIA deverá manter planejamento de aquisição e rotatividade de estoque compatíveis com a demanda prevista e com as boas práticas de armazenamento.

3.4. A matéria-prima utilizada deverá possuir registro sanitário e atender aos requisitos organolépticos, higiênicos e nutricionais previstos em legislação. Produtos de origem animal somente poderão ser adquiridos com inspeção sanitária.

3.4.1. A fiscalização poderá determinar substituição imediata de produtos inadequados.

3.5. Os excedentes de alimentos expostos deverão ser retirados ao final do período diário de operação, sendo vedado o reaproveitamento de alimentos servidos.

3.6. Amostras de produtos poderão ser coletadas e enviadas para análise laboratorial a critério do CEDENTE, com custos a cargo da CESSIONÁRIA.

3.7. A CESSIONÁRIA deverá garantir a qualidade mínima dos produtos comercializados, incluindo frescor, integridade, validade e apresentação adequada.

### **4. REQUISITOS DE HIGIENE E LIMPEZA**

4.1. As áreas de produção, armazenamento, manipulação e consumo deverão ser higienizadas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

diariamente, observando as normas sanitárias vigentes.

4.2. A higienização de utensílios deverá ser rigorosamente supervisionada.

4.3. A CESSIONÁRIA deverá realizar dedetização e desratização mensal por empresa especializada, mantendo certificados atualizados.

4.4. A CESSIONÁRIA deverá disponibilizar sabonete líquido apropriado, papel toalha descartável e álcool 70% nas áreas destinadas à manipulação.

4.5. Somente poderão ser utilizados produtos de limpeza autorizados para uso em áreas de alimentos. Materiais abrasivos que liberem partículas metálicas são proibidos.

4.6. Dada a circulação diária aproximada de 10 (dez) mil pessoas, a higienização das superfícies, balcões, equipamentos e áreas de consumo deverá ocorrer em intervalos compatíveis com o risco sanitário.

## **5. REQUISITOS DE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO**

5.1. A CESSIONÁRIA deverá manter contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na operação.

5.1.1. Reparos deverão ser realizados em prazo compatível com a continuidade dos serviços, conforme definido pela fiscalização.

5.1.2. A manutenção preventiva deverá observar as recomendações do fabricante

5.2. Todos os equipamentos elétricos utilizados deverão ser compatíveis com a carga instalada, observando as normas técnicas vigentes.

5.3. Qualquer alteração de layout ou das instalações deverá ser previamente autorizada pelo CEDENTE.

5.4. O elevado fluxo de usuários, de aproximadamente 10 (dez) mil/dia, exige controle de estoque e reposição contínua, de forma a evitar desabastecimento e interrupções no atendimento.

## **6. REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS**

6.1. A retirada de resíduos deverá observar os horários e locais estabelecidos pela Administração do CEDENTE, conforme normas internas.

6.2. As operações de recebimento de materiais e de descarte de resíduos deverão seguir fluxos distintos, seguros e organizados.

6.3. Os resíduos deverão ser separados conforme Resolução CONAMA nº 275/2021 e legislação correlata.

6.4. A CESSIONÁRIA deverá manter contrato próprio para coleta, transporte e destinação final de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

resíduos, quando aplicável.

6.5. A remoção diária do lixo deverá ser realizada utilizando sacos adequados e contêineres com tampa.

6.6. A CESSIONÁRIA deverá adaptar-se a programas ou ações ambientais promovidas pelo CEDENTE, quando relacionados às suas atividades.

## **7. DIRETRIZES GERAIS PARA O CARDÁPIO**

7.1. A CESSIONÁRIA deverá disponibilizar cardápio variado, equilibrado e adequado ao perfil de usuários do Fórum, contemplando opções quentes e frias, doces e salgadas, bebidas quentes e frias, bem como alternativas voltadas ao público com necessidades alimentares específicas.

7.2. Deverão ser ofertadas, de forma contínua, opções saudáveis, tais como frutas embaladas individualmente, sanduíches naturais e preparações com menor teor de gordura, açúcar e sódio, além de opções isentas de glúten e isentas de lactose ou preparadas com insumos sem lactose, em quantidade compatível com a demanda.

7.3. A definição dos itens ofertados caberá à CESSIONÁRIA, desde que atendidas as normas sanitárias vigentes e as diretrizes deste Anexo. O CEDENTE poderá solicitar ajustes quando identificar riscos sanitários, inadequações nutricionais, práticas abusivas ou incompatibilidade com o ambiente institucional.

7.4. Os preços deverão ser compatíveis com o mercado e previamente informados à fiscalização antes da implementação, sendo obrigatória a afixação visível para os consumidores.

7.5. O cardápio deverá observar práticas de saudabilidade e qualidade, privilegiando produtos frescos, procedência regular e apresentação adequada.

7.6. É vedada a comercialização de produtos com publicidade ou apelos que contrariem normas de saúde pública, alimentação infantil ou restrições legais vigentes.

7.7. O cardápio poderá incluir itens industrializados ou porcionados, desde que devidamente rotulados e observadas as normas sanitárias e de informação ao consumidor.

7.8. A CESSIONÁRIA poderá realizar ajustes periódicos no cardápio conforme sazonalidade, disponibilidade de insumos ou demanda dos usuários.

## **8. CONTROLE DE ACESSO E SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

8.1. Todos os empregados da CESSIONÁRIA deverão respeitar integralmente as normas internas de acesso ao Fórum Ruy Barbosa, incluindo:

8.1.1. apresentação de documento oficial com foto, quando exigido;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

8.1.2. cadastro prévio junto à Polícia Judicial e à administração predial;

8.1.3. uso permanente de crachá de identificação;

8.1.4. circulação restrita às áreas necessárias à execução das atividades.

8.2. Todo trabalhador, empregado, prestador de serviço, vinculados à CESSIONÁRIA deverá ingressar no prédio passando obrigatoriamente pelos detectores de metal, obedecendo às instruções dos Agentes de Polícia Judicial e da vigilância local.

8.3. Os empregados deverão manter uniforme compatível com boas práticas sanitárias, devidamente higienizado, sendo obrigatória a visibilidade do crachá durante todo o horário de funcionamento.

8.4. Veículos destinados ao abastecimento, carga ou descarga deverão obedecer às regras do prédio, incluindo:

8.4.1. uso da entrada/saída específica ou área indicada pelo CEDENTE;

8.4.2. horários autorizados para carga e descarga, preferencialmente entre 07h00 e 08h00 e entre 18h00 e 19h00;

8.4.3. identificação do motorista e ajudantes;

8.4.4. liberação prévia pela segurança institucional.

8.5. Entradas ou saídas de insumos, alimentos, equipamentos ou materiais deverão ser registradas conforme normas de acesso do prédio, podendo ser inspecionadas pelos agentes da Polícia Judicial e/ou vigilantes, se for caso.

8.6. Os empregados deverão:

8.6.1. manter postura compatível com ambiente institucional;

8.6.2. seguir orientações da fiscalização, da segurança institucional e da administração predial;

8.6.3. evitar circulação por áreas não autorizadas;

8.6.4. tomar ciência das normas do CEDENTE, aplicáveis ao caso.

8.7. A CESSIONÁRIA deverá comunicar previamente qualquer troca de empregados, para fins de atualização de cadastro e emissão de credenciais, não cabendo ao CEDENTE ingerência sobre sua gestão de pessoal.

8.8. A CESSIONÁRIA é integralmente responsável por seus empregados, prestadores e entregadores, respondendo por condutas irregulares, danos e descumprimento das normas institucionais.

8.9. O fluxo de cerca de 10 (dez) mil pessoas/dia reforça a necessidade de controle rígido de circulação dos empregados da CESSIONÁRIA, visando segurança institucional e fluidez operacional.

## **9. MATRIZ DE OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

9.1. A presente Matriz de Obrigações integra o Anexo II e é complementar e/ou vinculada às obrigações contratuais e se constitui em uma referência obrigatória para fiscalização, verificação de qualidade e eventual aplicação de penalidades. O não cumprimento das obrigações aqui previstas sujeitará a CESSIONÁRIA às sanções administrativas previstas no instrumento contratual, na Lei nº 14.133/2021, no Ato GP nº 24, de 27 de maio de 2022, inclusive no que se referir a eventuais medidas indenizatórias.

Nº	OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	FUNDAMENTO
1	Regularização sanitária	Obter e manter alvará sanitário, licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes.	RDC 216/2004; Lei 6.437/1977
2	Conformidade operacional	Operar exclusivamente com equipamentos elétricos permitidos, vedados gás, chama, fogão ou exaustão mecânica.	TR/ETP; Manual de Gestão de Imóveis
3	Manutenção de limpeza e higiene	Adotar procedimentos contínuos de higienização, controle de pragas, limpeza de bancadas, vitrines, equipamentos e piso.	RDC 216/2004
4	Controle de qualidade dos alimentos	Garantir armazenamento seguro, controle de temperatura, validade e rastreabilidade dos produtos.	RDC 216/2004; Código Sanitário
5	Gestão de resíduos (PGRS)	Elaborar, implementar e manter atualizado PGRS específico, com coleta seletiva e logística reversa.	PNRS; PLS TRT-2; Guia Sustentável
6	Treinamento da equipe	Capacitar funcionários em boas práticas sanitárias e operação de equipamentos.	RDC 216/2004
7	Uniformização e identificação	Garantir uso de EPIs, uniformes adequados e identificação visível da equipe.	Normas Sanitárias
8	Manutenção preventiva e corretiva	Realizar manutenção completa dos equipamentos, mobiliário e vending machines.	Contrato; TR
9	Segurança elétrica	Emitir laudo de conformidade elétrica (ART ou RRT), sem ônus ao CEDENTE.	NR-10; Manual de Imóveis
10	Segurança alimentar	Manter POPs (Procedimentos Operacionais Padrão), controle de potabilidade da água e cuidados com manipulação mínima.	RDC 216/2004
11	Atendimento ao usuário	Garantir atendimento cortês, fila organizada e disponibilidade adequada de produtos.	TR; ETP
12	Operação contínua	Assegurar funcionamento nos dias e horários previstos; comunicar interrupções com antecedência.	TR
13	Garantia de abastecimento	Manter estoque adequado a toda demanda, incluindo picos.	TR; ETP
14	Atualização tecnológica	Disponibilizar meios eletrônicos de pagamento (NFC, contactless, cartão, Pix).	Boas práticas de mercado



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Nº	OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	FUNDAMENTO
15	Acessibilidade	Disponibilizar balcão acessível, cardápio acessível (impressão ampliada/QR Code).	NBR 9050
16	Proteção patrimonial	Zelar pelo espaço físico cedido e responsabilizar-se por danos causados.	TR
17	Custos de adequação	Arcar integralmente com custos de instalações, adaptação elétrica, mobiliário e sinalização.	TR
18	Dedetização periódica	Comprovar controle de pragas trimestral.	RDC 275/2002
19	Controle de ruído	Operar equipamentos dentro dos níveis permitidos pela legislação municipal.	Lei Municipal de PS
20	Responsável técnico	Manter RT cadastrado durante toda a vigência da cessão.	Legislação Sanitária
21	Segurança do trabalho	Cumprir normas de segurança do trabalho (NR-6, NR-17).	Normas Regulamentadoras
22	Respeito às normas internas	Cumprir regras de acesso, circulação, segurança e uso de áreas comuns do Fórum.	Manual de Imóveis; Ato GP
23	Sustentabilidade operacional	Priorizar embalagens biodegradáveis, reduzir resíduos plásticos e promover consumo consciente.	PLS TRT-2; Guia Sustentável
24	Vending machines – requisitos	Garantir sensores de queda, refrigeração adequada, antivandalismo, registro de falhas e reposição diária.	Anexo III
25	Vistorias e auditorias	Permitir inspeções da fiscalização, Vigilância Sanitária e equipes técnicas a qualquer momento.	Lei 14.133/2021
26	Cooperação em emergências	Adotar procedimentos seguros em caso de incêndio, falta de energia ou incidentes.	NR-23
27	Responsabilidade plena	Operar por sua conta e risco, sem qualquer vínculo trabalhista com o CEDENTE.	Lei 14.133/2021

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Todas as obrigações deste Anexo complementam as obrigações previstas no edital.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Fiscalização, com base na legislação sanitária, ambiental e de proteção ao consumidor.

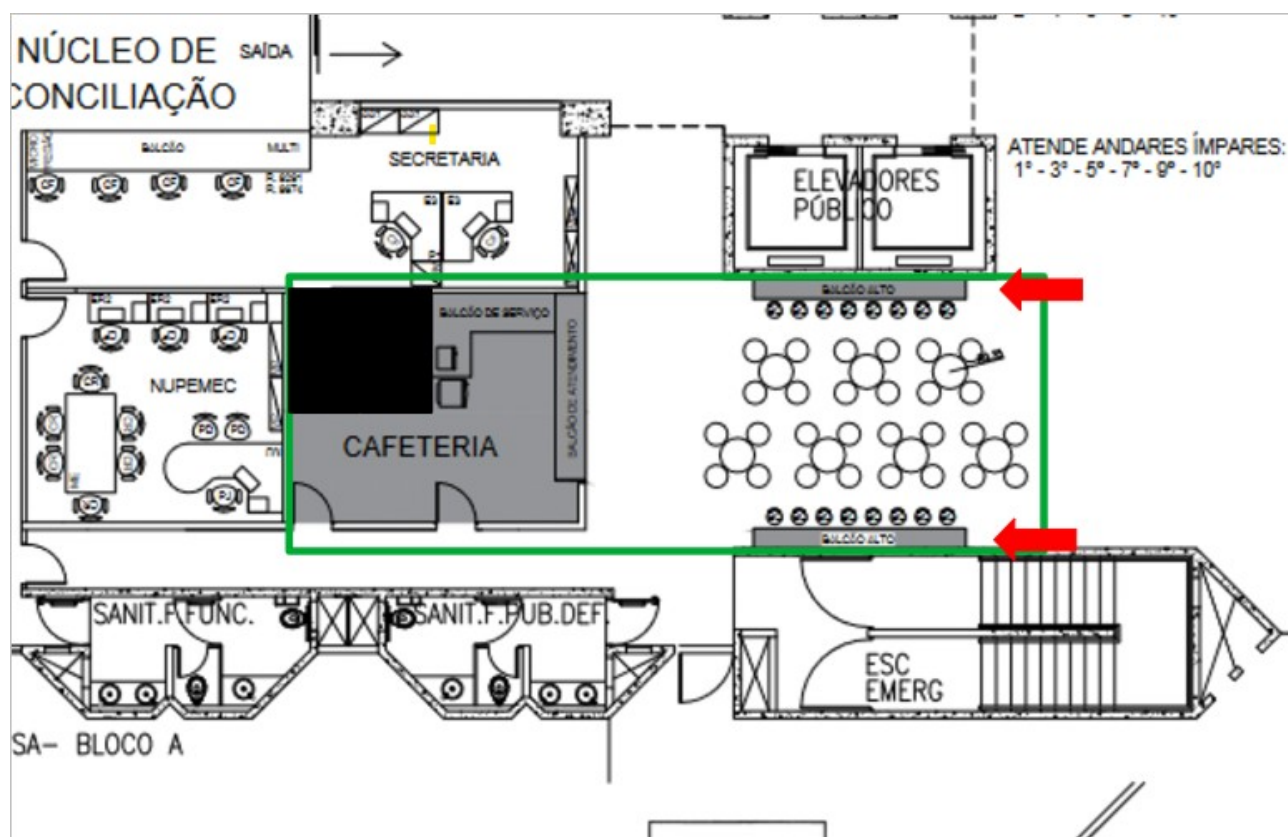
10.3. A medição do consumo de energia elétrica será realizada por meio de medidor individualizado em nome do CEDENTE, a quem caberá a responsabilidade pela medição, com posterior informação à CESSIONÁRIA do valor apurado para fins de reembolso mensal, conforme disposto no instrumento contratual.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO III**  
**DETALHAMENTO VENDING MACHINES**

1. O objeto inclui também a instalação e operação de, no mínimo, 2 (duas) vending machines distribuídas pelo menos nos pontos abaixo indicados (setas vermelhas), podendo ser alocadas outras nas proximidades da área cedida (área verde), ficando a contabilização de consumo de energia elétrica no medidor próprio da cafeteria.



2. As vending machines deverão fornecer, no mínimo, os seguintes itens:

- bebidas quentes;
- snacks doces e salgados;
- bebidas frias;

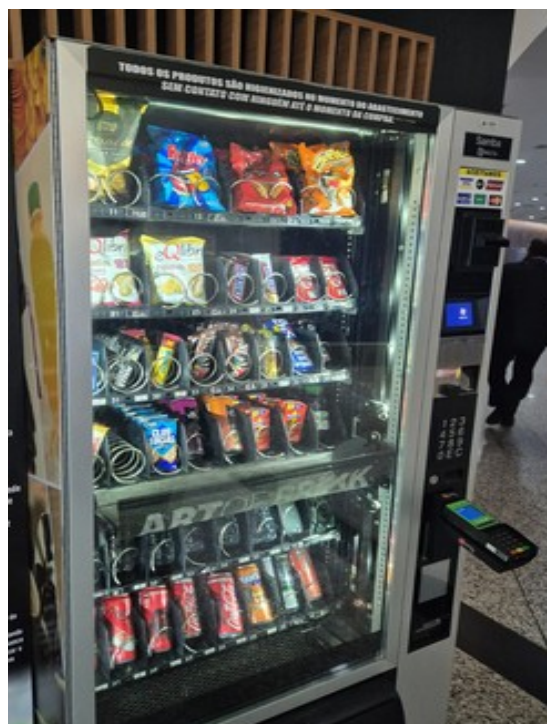
3. Referência de vending machines (máquinas de autoatendimento) a serem instaladas no local:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações



Bebidas quentes (café / capuccino / chocolate e etc)



Snacks doces e salgados e bebidas frias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO IV**

**PLANTAS**

**A. ESPAÇO CEDIDO**

**B. HIDRÁULICA E ESGOTO**

**ARQUIVOS ANEXOS**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO V**

**FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - Proad nº 64/2026

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Contato:**

**Tel.: Cel.**

**Optante pelo Simples Nacional:** (    ) Sim    (    ) Não

**Dados Bancários**

**Banco:**

**Agência:**

**C/C:**

**e-mail:**

**Objeto:** Cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, destinado à instalação, operação e exploração comercial de cafeteria de pequeno porte com equipamentos exclusivamente elétricos, bem como faculdade para instalação de duas vending machines (máquinas de autoatendimento) em áreas previamente definidas do edifício.

Item	Descrição	Unidade	Valor mensal mínimo - taxa de cessão de uso	Valor mensal estimado das despesas comuns (exceto energia elétrica)	Valor mensal estimado total
1	Cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, conforme especificações constantes do edital e seus anexos.	Mês	R\$ __, __ (A)	R\$ 2.015,31* (B)	R\$ __, __ (A)+(B)

**\* Valor usado apenas como referência para o cálculo. Não deve ser alterado.**

**Prazo de Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

\_\_\_\_\_  
(Representante da Empresa)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - Proad nº 64/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não possuo, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - Proad nº 64/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não foram condenados a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - Proad nº 64/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que vistoriei o local objeto de cessão onerosa e que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta, conforme exigências do edital e seus anexos, e que NÃO alegarei posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja a vencedora.

**OU**

Que optei por não vistoriar o local objeto de cessão onerosa, assumindo a responsabilidade sobre a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude desta opção. Sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços, conforme exigência e condições especificadas no edital da concorrência eletrônica nº 001/2026 e anexos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ

\_\_\_\_\_  
Responsável pela empresa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO IX**

**CARTA DE PREPOSTO**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - Proad nº 64/2026

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, vem indicar o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_, como **preposto titular** e o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO X**

**MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO ONEROSO**

**PROAD Nº 64/2026 - CONTRATO Nº ---/202-**

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO ONEROSO E EM CARÁTER PRECÁRIO, QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA ....., PARA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CAFETERIA DE PEQUENO PORTE COM EQUIPAMENTOS EXCLUSIVAMENTE ELÉTRICOS, BEM COMO FACULDADE PARA INSTALAÇÃO DE DUAS VENDING MACHINES (MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO) EM ÁREAS PREVIAMENTE DEFINIDAS DO EDIFÍCIO QUE ABRIGA O FÓRUM RUY BARBOSA.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, com sede na Rua da Consolação, 1.272, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.241.738/0001-39, neste ato representado por seu Desembargador Presidente, doravante denominado simplesmente **CEDENTE** e, de outro lado, ..... inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ....., e-mail ....., doravante designada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo(a) Sr. (a) ....., na presença de duas testemunhas, celebram o presente contrato, decorrente do **Concorrência Eletrônica nº 001/2026**, em conformidade com o **PROAD nº 64/2026**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a cessão onerosa de uso de espaço público, localizado no piso térreo do Bloco A do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, destinado à instalação, operação e exploração comercial de cafeteria de pequeno porte com equipamentos exclusivamente elétricos, bem como faculdade para instalação de duas vending machines (máquinas de autoatendimento) em áreas previamente definidas do edificio, nas condições estabelecidas na Especificação do Objeto.

**Parágrafo Primeiro:** A área total cedida mede 64,40 m² e está localizada no piso térreo do Bloco A do imóvel situado à Avenida Marquês de São Vicente nº 235, na cidade de São Paulo/SP, onde está instalado o Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**Parágrafo Segundo:** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – A Especificação do Objeto;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta da **CESSIONÁRIA**;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, pelo período de .../.../..... a .../.../.....

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de vigência disposto no *caput* poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo:** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CEDENTE**, permitida a negociação com a **CESSIONÁRIA**.

**Parágrafo Terceiro:** A prorrogação do prazo de vigência será precedida de verificação da regularidade fiscal da **CESSIONÁRIA**, consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), emissão das certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

**Parágrafo Quarto:** A **CESSIONÁRIA** deverá restituir a área cedida, quando cessadas suas atividades, em perfeitas condições de limpeza e uso, juntamente com as benfeitorias realizadas, podendo o **CEDENTE** determinar, alternativamente e a seu critério, a remoção total ou parcial das benfeitorias, às expensas da **CESSIONÁRIA**, sem o dever de, em qualquer caso, indenizá-la.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

O regime de execução desta contratação é a empreitada por preço global

**Parágrafo Único:** As demais condições de execução estão dispostas nos Anexos I e II.

**CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a **CESSIONÁRIA** poderá subcontratar partes do objeto da cessão, até o limite autorizado, em cada caso, pelo **CEDENTE**, conforme disposto no item 3 do Anexo I.

**Parágrafo Primeiro:** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CESSIONÁRIA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o **CEDENTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**Parágrafo Segundo:** A subcontratação depende de autorização prévia do **CEDENTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**Parágrafo Terceiro:** A **CESSIONÁRIA** apresentará ao **CEDENTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**Parágrafo Quarto:** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CEDENTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO**

O valor mensal da contratação, referente à taxa de cessão de uso, é de R\$.... (...).

**Parágrafo Primeiro:** No valor acima, a ser pago ao **CEDENTE**, não estão incluídas todas as despesas decorrentes da execução contratual, tais como tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro, frete e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação, as quais correrão por conta exclusiva da **CESSIONÁRIA**.

**Parágrafo Segundo:** A **CESSIONÁRIA** deverá ressarcir mensalmente ao **CEDENTE** as despesas comuns (limpeza, vigilância, bombeiro civil, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevador, gerador de energia, água e esgoto), calculadas proporcionalmente à área cedida. Já as despesas com consumo de energia elétrica serão integralmente suportadas pela **CESSIONÁRIA**.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Os recolhimentos ao **CEDENTE**, relativos à remuneração de que trata a Cláusula Quinta deste contrato serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, através da Guia de Recolhimento da União - GRU, a crédito da Conta Única do Tesouro Nacional, na qual deverá constar o número do CNPJ e a Razão Social da **CESSIONÁRIA**, o código do recolhimento, o valor e o objeto do crédito.

**Parágrafo Primeiro:** O acompanhamento e a comprovação dos recolhimentos devidos ao **CEDENTE** serão realizados, prioritariamente, por meio do Sistema de Gestão de Recolhimento da União - SISGRU, ou outro sistema que venha a substituí-lo, ficando dispensada a apresentação do comprovante de pagamento pela **CESSIONÁRIA**, salvo quando expressamente solicitado pelo **CEDENTE**.

**Parágrafo Segundo:** A **CESSIONÁRIA** deverá ressarcir mensalmente as despesas de energia elétrica decorrentes do funcionamento da cafeteria, de acordo com a medição do consumo, mediante pagamento no prazo disposto no *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** A **CESSIONÁRIA** participará proporcionalmente no rateio das despesas comuns no imóvel, assim entendidas aquelas relacionadas à limpeza, vigilância, bombeiro civil, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevador, gerador de energia, água e esgoto, e outras despesas ordinárias necessárias para a conservação e a segurança da edificação que venham a ser contratadas.

**Parágrafo Quarto:** Para o cálculo do rateio previsto no Parágrafo Terceiro, será apurado o gasto total com as despesas comuns realizado no exercício anterior. O valor obtido será dividido por doze e proporcionalizado em relação a área cedida. No início de cada ano o cálculo será atualizado com as despesas do ano anterior e determinará o valor de rateio para o período de janeiro a dezembro daquele exercício.

**Parágrafo Quinto:** Os valores relativos às despesas citadas no Parágrafo Segundo desta Cláusula deverão ser recolhidos em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela **CESSIONÁRIA**, da notificação do valor apurado enviada pelo **CEDENTE**. As despesas de que trata o Parágrafo Terceiro deverão ser recolhidas mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, contados do recebimento, pela **CESSIONÁRIA**, da informação do valor devido enviada pelo **CEDENTE**. O acompanhamento e a verificação desses recolhimentos serão realizados por meio do Sistema de Gestão de Recolhimento da União - SISGRU, ou outro sistema que venha a substituí-lo, ficando dispensada a apresentação dos recibos de depósito pela **CESSIONÁRIA**, salvo quando expressamente solicitado pelo **CEDENTE**.

**Parágrafo Sexto:** No caso de atraso de pagamento, desde que o **CEDENTE** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CESSIONÁRIA** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, segundo a aplicação das seguintes fórmulas:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

**Parágrafo Sétimo:** A compensação financeira, prevista no parágrafo anterior, será incluída na GRU seguinte ao da ocorrência, se for o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O preço inicialmente contratado, referente à taxa de cessão de uso, é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/12/2025.

**Parágrafo Primeiro:** Após o interregno de um ano, o preço inicial referente à taxa de cessão de uso será reajustado, mediante a aplicação, pelo **CEDENTE**, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Parágrafo Segundo:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CEDENTE** pagará à **CESSIONÁRIA** a importância calculada pela última variação conhecida, apurando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Quarto:** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo Quinto:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**Parágrafo Sexto:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o **CEDENTE** elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante apostila.

**Parágrafo Sétimo:** O reajuste será realizado por apostilamento.

**Parágrafo Oitavo:** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**Parágrafo Nono:** O **CEDENTE** dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES**

São obrigações das partes:

**I) Da CESSIONÁRIA:**

a) Assumir as despesas de telecomunicações e com as instalações internas no espaço ora cedido, suprir equipamentos e pessoal necessários ao seu funcionamento, inclusive obtenção de licença e alvarás administrativos e autorizações concedidas pelo poder público para o exercício de sua atividade, com a obrigação de manter as validades desses documentos atualizadas durante o período de vigência do contrato.

b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas de qualificação;

c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;

d) Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;

e) Prover as áreas cedidas dos equipamentos de segurança necessários, de acordo com as normas oficiais;

f) Realizar obras de adequação do espaço físico somente com a expressa anuência do **CEDENTE**;

g) Restituir o espaço físico cedido em perfeitas condições de uso, juntamente com as benfeitorias realizadas, sem direito a indenização;

h) Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;

i) Manter, por seus próprios meios, as áreas e as instalações dentro dos padrões de higiene, limpeza e organização;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

j) Assumir, por sua conta e exclusiva responsabilidade o pagamento de todos os impostos, taxas, contribuições e multas federais, estaduais e municipais, decorrentes de sua atividade no local;

k) Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;

l) Eximir-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CEDENTE** ou de agente público que na fiscalização ou na gestão deste contrato;

m) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

n) Comprovar, sempre que solicitado, sob pena de rescisão contratual, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo; e que não foi condenada, a **CESSIONÁRIA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CEDENTE**;

q) Conhecer e cumprir o Plano de Integridade/Programa de Integridade e *Compliance* e o Código de Ética<sup>3</sup> do **CEDENTE**.

**II) Do CEDENTE;**

a) Colocar à disposição da **CESSIONÁRIA** os espaços destinados à execução dos serviços.

b) Facultar à **CESSIONÁRIA** a retirada dos bens que forem de sua propriedade por ocasião da extinção deste Contrato.

c) Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

d) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CESSIONÁRIA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

e) Aplicar à **CESSIONÁRIA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

3 Disponíveis em [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento\\_estrategico/Plano\\_de\\_Integridade/Plano\\_de\\_Integridade\\_do\\_TRT2\\_-\\_com\\_anexo\\_-\\_Versao\\_2.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento_estrategico/Plano_de_Integridade/Plano_de_Integridade_do_TRT2_-_com_anexo_-_Versao_2.pdf) e <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

f) Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

f.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

g) Recusar, desde que justificada, a indicação ou a manutenção do preposto da **CESSIONÁRIA**, devendo esta designar outro para o exercício da atividade;

h) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da **CESSIONÁRIA**, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do **CEDENTE**.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**Parágrafo Primeiro:** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**Parágrafo Segundo:** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**Parágrafo Terceiro:** O **CEDENTE** deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CESSIONÁRIA**.

**Parágrafo Quarto:** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CESSIONÁRIA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**Parágrafo Quinto:** É dever da **CESSIONÁRIA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**Parágrafo Sexto:** A **CESSIONÁRIA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**Parágrafo Sétimo:** O **CEDENTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CESSIONÁRIA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**Parágrafo Oitavo:** A **CESSIONÁRIA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CEDENTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**Parágrafo Nono:** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**Parágrafo Dez:** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo **CEDENTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

**Parágrafo Onze:** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DEZ: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA ONZE: DAS MARCAS E DÍSTICOS**

A **CESSIONÁRIA** poderá instalar na área cedida, mediante prévia aprovação do **CEDENTE**, dísticos e sinalizações de marca, desde que não contrariem o padrão de comunicação visual adotado pelo **CEDENTE**.

#### **CLÁUSULA DOZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa a **CESSIONÁRIA** que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CEDENTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- V - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**Parágrafo Primeiro:** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas à **CESSIONÁRIA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial de obrigação, exclusivamente na hipótese de inexistência de conduta de má-fé, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

b.1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato em casos de atraso injustificado na execução do contrato, por dia, exceto para os casos descritos nas alíneas 'b.2' e 'b.3', até o limite de 15% (quinze por cento);

b.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o **CEDENTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.2) moratória de 2,0% (dois por cento) do valor mensal do contrato em caso de atraso injustificado no início da execução contratual, por dia, até o limite de 30% (trinta por cento);

b.1.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza o **CEDENTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.3) moratórias, de acordo com o descrito nas tabelas abaixo, limitada a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
I	0,50 % do valor mensal do contrato
II	1,00 % do valor mensal do contrato
III	2,00 % do valor mensal do contrato

TABELA 2			
Nº	OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	GRAU
1	Regularização sanitária	Obter e manter alvará sanitário, licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes.	III
2	Conformidade operacional	Operar exclusivamente com equipamentos elétricos permitidos, vedados gás, chama, fogão ou exaustão mecânica.	III





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**TABELA 2**

<b>Nº</b>	<b>OBRIGAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO TÉCNICA</b>	<b>GRAU</b>
3	Manutenção de limpeza e higiene	Adotar procedimentos contínuos de higienização, controle de pragas, limpeza de bancadas, vitrines, equipamentos e piso.	III
4	Controle de qualidade dos alimentos	Garantir armazenamento seguro, controle de temperatura, validade e rastreabilidade dos produtos.	III
5	Gestão de resíduos (PGRS)	Elaborar, implementar e manter atualizado PGRS específico, com coleta seletiva e logística reversa.	III
6	Treinamento da equipe	Capacitar funcionários em boas práticas sanitárias e operação de equipamentos.	II
7	Uniformização e identificação	Garantir uso de EPIs, uniformes adequados e identificação visível da equipe.	III
8	Manutenção preventiva e corretiva	Realizar manutenção completa dos equipamentos, mobiliário e vending machines.	II
9	Segurança elétrica	Emitir laudo de conformidade elétrica (ART ou RRT), sem ônus ao CEDENTE.	III
10	Segurança alimentar	Manter POPs (Procedimentos Operacionais Padrão), controle de potabilidade da água e cuidados com manipulação mínima.	III
11	Atendimento ao usuário	Garantir atendimento cortês, fila organizada e disponibilidade adequada de produtos.	I
12	Operação contínua	Assegurar funcionamento nos dias e horários previstos; comunicar interrupções com antecedência.	I
13	Garantia de abastecimento	Manter estoque adequado a toda demanda, incluindo picos.	I
14	Atualização tecnológica	Disponibilizar meios eletrônicos de pagamento (NFC, contactless, cartão, Pix).	I
15	Acessibilidade	Disponibilizar balcão acessível, cardápio acessível (impressão ampliada/QR Code).	III
16	Proteção patrimonial	Zelar pelo espaço físico cedido e responsabilizar-se por danos causados.	III
17	Custos de adequação	Arcar integralmente com custos de instalações, adaptação elétrica, mobiliário e sinalização.	III
18	Dedetização periódica	Comprovar controle de pragas trimestral.	I
19	Controle de ruído	Operar equipamentos dentro dos níveis permitidos pela legislação municipal.	I
20	Responsável técnico	Manter RT cadastrado durante toda a vigência da cessão.	II
21	Segurança do trabalho	Cumprir normas de segurança do trabalho (NR-6, NR-17).	III
22	Respeito às normas internas	Cumprir regras de acesso, circulação, segurança e uso de áreas comuns do Fórum.	III



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**TABELA 2**

Nº	OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	GRAU
23	Sustentabilidade operacional	Priorizar embalagens biodegradáveis, reduzir resíduos plásticos e promover consumo consciente.	II
24	Vending machines – requisitos	Garantir sensores de queda, refrigeração adequada, antivandalismo, registro de falhas e reposição diária.	I
25	Vistorias e auditorias	Permitir inspeções da fiscalização, Vigilância Sanitária e equipes técnicas a qualquer momento.	III
26	Cooperação em emergências	Adotar procedimentos seguros em caso de incêndio, falta de energia ou incidentes.	III
27	Responsabilidade plena	Operar por sua conta e risco, sem qualquer vínculo trabalhista com o CEDENTE.	II

b.4) compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial e de 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do valor do contrato.

b.5) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato na hipótese de não-cumprimento de qualquer outra obrigação contratual acessória que não envolva prazo;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**Parágrafo Segundo:** A penalidade de multa poderá ser aplicada por qualquer hipótese de infração administrativa, isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções.

**Parágrafo Terceiro:** A **CESSIONÁRIA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante ao **CEDENTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

**Parágrafo Quarto:** A **CESSIONÁRIA** que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CEDENTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da União, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022, quando não se justificar a imposição



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo Quinto:** A **CESSIONÁRIA** que prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, será declarada inidônea e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo Sexto:** Todas as penalidades serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP.

**Parágrafo Sétimo:** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Oitavo:** Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail fornecidos pela **CESSIONÁRIA** no contrato ou cadastrado no SICAF, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento e atualização dos respectivos endereços.

**Parágrafo Nono:** A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da **CESSIONÁRIA**, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**Parágrafo Dez:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CESSIONÁRIA**, observando-se o procedimento previsto no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**Parágrafo Onze:** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159, da Lei 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo Doze:** A personalidade jurídica da **CESSIONÁRIA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**CESSIONÁRIA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo Treze:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**CLÁUSULA TREZE: DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CESSIONÁRIA** com/em outra pessoa jurídica, mediante Termo Aditivo, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do **CEDENTE** à continuidade do contrato.

**CLÁUSULA CATORZE: BENFEITORIAS**

As adequações, bem como as obras de instalação e serviços extraordinários que se apresentem necessários à operação do estabelecimento, deverão ser submetidos à aprovação do **CEDENTE**, mediante projeto detalhado, correndo as despesas decorrentes por conta da **CESSIONÁRIA**.

**CLÁUSULA QUINZE: DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente Contrato e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CEDENTE** por Servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração, nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação.

**Parágrafo Primeiro:** Não obstante a **CESSIONÁRIA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o **CEDENTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do Termo.

**Parágrafo Segundo:** A atuação do gestor/fiscais do **CEDENTE** será efetivada mediante comunicação direta ao(s) preposto(s) indicado(s) formalmente pela **CESSIONÁRIA**, seja pessoalmente, seja por meio do **endereço** eletrônico previamente informado.

**Parágrafo Terceiro:** A fiscalização do **CEDENTE** poderá suspender qualquer atividade na qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CEDENTE** ou de terceiros.

**Parágrafo Quarto:** A suspensão das atividades, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pela **CESSIONÁRIA**, das normas vigentes e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

demais disposições do presente Contrato, não a eximirá da incidência de multas e demais penalidades previstas neste Contrato.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Parágrafo Primeiro:** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CEDENTE**, quando este entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Parágrafo Segundo:** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CESSIONÁRIA** pelo **CEDENTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Parágrafo Terceiro:** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**Parágrafo Quarto:** O contrato pode ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no item 5.7 do Anexo I e no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Quinto:** Na hipótese do parágrafo anterior, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**Parágrafo Sexto:** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Sétimo:** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CESSIONÁRIA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Oitavo:** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DEZESSETE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A contratação não gerará despesas para o **CEDENTE**, uma vez que se trata da cessão onerosa de uso do espaço público para prestação de serviços, não havendo impacto nos recursos orçamentários da Administração **CEDENTE**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**CLÁUSULA DEZOITO: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo **CEDENTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DEZENOVE: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado conforme art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, por meio de termo aditivo, exceto na ocorrência de registros que não caracterizam alteração dos contratos, que poderão ser realizados por apostilamento, conforme art. 136 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** A **CESSIONÁRIA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo:** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela **CESSIONÁRIA**, das prestações determinadas pelo **CEDENTE** no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**CLÁUSULA VINTE: DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao **CEDENTE** providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA VINTE E UM: DOS MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

As controvérsias de natureza jurídica, na fase extrajudicial ou no curso de ação judicial, poderão ser submetidas pelas partes à Câmara de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF da Advocacia-Geral da União na busca da prevenção e solução consensual de conflitos.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS: DO FORO**

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato, e que não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

controvérsias, será o da Seção Judiciária de São Paulo/SP da Justiça Federal, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, os contraentes assinam o presente contrato.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

Desembargador(a) Presidente/Diretor(a)-Geral da  
Administração

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

Responsável legal da Cessionária

TESTEMUNHAS:

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

*Assinado digitalmente*

**XXXX**